



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **SOBRE POLÍTICA LINGUÍSTICA OU POLÍTICA NA LINGUÍSTICA OU “PROFESSORA, O PROBLEMA DA ESCOLA É A MISTURA DE CLASSES SOCIAIS”<sup>1</sup>**

**Kassandra Muniz  
(UFOP)  
kassymuniz@gmail.com**

### **Para começo de conversa...**

Sim, há palavras e palavras e palavras. As palavras podem exprimir servidão, as palavras podem gritar também revolta. Há palavras que implicam obediência mas também há palavras de protesto. Algumas palavras servem ao conformismo, outras exprimem ressentimento. Algumas palavras são utilizadas pelos fracos e pelos obedientes, outras por almas que se respeitam e são rebeldes. (NASREEN, 1996).

Foi na tentativa de entender como as palavras podem conferir existências, subjetividades e identidades que me empenhei na tarefa arduosa de realizar uma tese nos últimos anos. Este artigo traz algumas reflexões desta tese, buscando principalmente se perguntar o que está implicado quando empreendemos pesquisas que se pretendem não excludentes, engajadas ou qualquer outra nomeação que indique que o pesquisador preocupa-se com temas e subjetividades que são ou estão subalternizados. Procurei, nos últimos anos de produção deste estudo, responder a um questionamento que me fez paralisar literalmente até que fizesse sentido para mim e, principalmente para os meus pares, que não necessariamente estão apenas na Academia, perceber se era possível produzir algo minimamente conectado com meus conhecimentos e vivências de uma vida toda, dentro e fora da academia. Difícil é admitir que a pergunta de Spivak (1996), “*Can the subaltern speak?*”<sup>2</sup>, ainda continua sem respostas. O mais interessante é que, após algumas leituras e muito pensar, cada vez mais fica explícito que essa e outras

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma parte da tese de doutorado “Linguagem e identificação: uma Contribuição para o debate sobre ações Afirmativas para negros no Brasil”, defendida em fevereiro de 2009 por mim, no departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas.

<sup>2</sup> O subalterno pode falar?



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

perguntas devem continuar sem respostas, para que não nos acomodemos com soluções rápidas e fáceis tão frequentes no nosso cotidiano, principalmente no cotidiano acadêmico.

Há alguns campos privilegiados dentro da produção de conhecimento nos quais esses questionamentos, assim como temas tal qual o que venho abordar neste artigo, são bem vindos. Bem vindos não significa que deixarão de ser tratados de forma eurocêntrica, sexista e racista. A questão é como encaixar dentro dos estudos linguísticos uma discussão sobre identificação negra e linguagem, uma vez que para alguns, constitui quase um disparate e um afrontamento de via dupla. Os linguistas o rechaçam porque não é um tema linguístico o suficiente e os antropólogos e sociólogos porque não é “ólogo”, ou melhor, não sou “óloga” o suficiente. Desde que iniciei este estudo, com certeza as passagens mais engraçadas e angustiantes se deram no contexto de congressos, ora de “istas” ora de “ólogos” que, antes de tentar compreender as questões que eu trazia, preocupavam-se em enquadrá-lo, de alguma forma. Ao fazerem isso, justificavam ainda mais minha pesquisa que, hoje percebo, é sobre a grande problemática da identificação.

Dessa forma, não me interessa nem uma noção de identidade pautada em num psiquismo, nem uma noção ontologizada da identidade, visto que tanto uma como a outra estão preocupadas com a busca por uma essência. Interessa a identidade vista como relacional, fragmentada; uma noção de identidade que seja politicamente motivada. Ao mesmo tempo, é difícil a posição desta pesquisadora quando me vejo diante de um impasse que não é apenas teórico e, por isso, a saída não esteja exatamente neste lugar.

*Não podemos esquecer que a vida não espera a teoria. De um lado, temos a armadilha que é a essencialização de uma identidade, pois ocasiona o “aprisionamento” desses mesmos atores que reivindicaram por isso; de outro lado, vemos como o artifício da essencialização propiciou ganhos políticos para esses grupos estigmatizados socialmente. Por isso, enfatizo e reafirmo que esta essencialização, de forma estratégica, é importante para este momento político ao qual estamos vivendo, mas não pode perder seu sentido relacional e, por isso, não pode deixar de ser repensado, deslocado e redimensionando, principalmente porque o contexto sócio-*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

*político não é estático e devemos estar atentos para não deixar que o argumento identitário, ao invés de nos emancipar, nos aprisione.*

Neste sentido, seguimos em uma argumentação que defende uma noção de identificação que não esteja alheia a esse movimento político e, por isso mesmo, contingencial. *É importante salientar que esse processo não só passa pela língua, como é constitutivo desta.* Dessa forma, o que vemos hoje, é que a identificação dentro desses movimentos é uma reivindicação lingüística e política.

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. Isso por sua vez significa que as identidades em questão estão sempre num estado de fluxo. Colocando essa tese na sua formulação mais radical: falar de identidade; seja do indivíduo falante seja da língua isolada, é recorrer a uma ficção conveniente [...] (RAJAGOPALAN, D1998, pp.41-42)

Ou seja, a concepção enunciada acima vai contra o essencialismo que reivindica uma identidade verdadeira, pura, tanto no sentido natural e biológico, quanto no que essa reivindicação possa ter de histórica e cultural. A consciência desse fato já faz parte dos pressupostos de alguns segmentos dos movimentos sociais. É possível ver nos movimentos feministas as mulheres negras e lésbicas reivindicando o direito de haver uma pauta para elas dentro do movimento, uma vez que não se identificam com a identidade unificada de “mulher” que subjaz aos movimentos, que, em sua maioria, referem-se à mulher branca e hetero. De qualquer forma, definir os limites entre a teoria que rechaça o essencialismo e a atuação política é ainda delicado e quase impossível.

A necessidade que temos de nos autonearmos e, assim, existir, e a alteridade que nos nomeia e, assim, ratifica ou extingue nossa existência, está e estará sempre presente. Quando pensamos isto no contexto da história do povo negro aqui no Brasil, esses dois atos tornam-se até dramáticos, devido ao nosso racismo, nada às escondidas. Como não estou no campo dos sociólogos ou antropólogos, discutirei brevemente as dificuldades em se postular, em um trabalho dentro do campo da Linguística, que o fazer científico é eminentemente um fazer político, desde as escolhas dos temas, das teorias e linhas de pesquisa até a possível resposta à sociedade que esperamos dar com nossos estudos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **Afinal, o subalterno pode falar?**

Não constitui tarefa fácil responder se as pesquisas desenvolvidas dentro de uma Universidade necessariamente têm que dialogar com o mundo fora dela, mas, sem dúvidas, constitui tarefa indispensável se questionar sobre isto, arcando com as consequências que essa resposta acarretará em nosso modo de pensar e de fazer ciência.

Cuidado com os abismos e as gargantas, mas cuidado também com as pontes e as 'barries'. Cuidado com o que abre a Universidade para o exterior e para o sem-fundo, mas cuidado também com o que, fechando-a em si mesma, não criaria senão um fantasma de cercado, a colocaria à mercê de qualquer interesse ou a tornaria perfeitamente inútil. Cuidado com as finalidades, mas o que seria uma Universidade sem finalidades? (DERRIDA, 1999, p. 155)

Derrida não resolve minha questão. Ao contrário, apimenta ainda mais a discussão. Quando ainda a Academia não era uma realidade para mim, tenho a vaga noção de ter aprendido que a Universidade foi pensada e criada não apenas para que nossos títulos trouxessem a possibilidade de ascender economicamente, mas também para que, de alguma forma, ela pensasse as questões que afligem a sociedade da qual faz parte. Mas, como a inocência há muito foi perdida e nada foi posto no lugar, cheguei até aqui e me deparo com mais uma questão: “*O que seria uma Universidade sem finalidades?*”

Mesmo que o desafio de trazer as necessidades da sociedade para nossas pesquisas sejam grandes, não há como pensar a linguagem fora da sociedade ou como se o contexto sócio-cultural fosse um adendo, um penduricalho que adicionamos às nossas análises, se conveniente. Pensar a pesquisa científica desta forma é como se, ao sentar em frente a um computador e começar a escrever, a(o) pesquisadora(or) esquecesse que, até segundos atrás, estava envolvida(o) em alguma prática social na qual o uso da linguagem estivesse intrinsecamente relacionado a essa prática.

Saliento que a preocupação em não estar alienado sobre as questões insurgentes que afetam nossa sociedade não nos transforma automaticamente em detentores “autorizados” a falar sobre essas questões, como se representássemos a voz dos sujeitos que elegemos para analisar em nossas pesquisas. A pergunta de Spivak vem à tona novamente, acrescentada por outra: “Quem pode falar por nós?”. E a pergunta que é



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

mais difícil de ser respondida: “Quem são estes ‘nós’?”. Alguém igualmente negro como eu, ouvindo-me falar em algum congresso ou associação comunitária sobre pesquisas sobre negros, pode tranquilamente me questionar tal qual a cobrinha de Luís Fernando Veríssimo: “Nós? Tu e quem cara pálida?”<sup>3</sup>.

Em uma participação (novembro de 2008) em uma mesa “redonda” que uma associação de moradores de um bairro de periferia da cidade de Campinas idealizou, convidando acadêmicas negras para falar sobre algumas questões relacionadas à educação, gênero e raça no Brasil, um jovem negro muito apropriadamente me questionou: “*Como podemos falar em intelectuais negros e, mais, intelectuais negras, diante do fato de que a maioria dos nossos nem consegue entrar em uma faculdade, evadindo da escola ainda no ensino fundamental devido às iniquidades sociais bem como ao racismo que sofrem nas escolas?*”. Foi a melhor pergunta e, obviamente, a mais perturbadora.

Explicitarei que noção de “intelectual” estou defendendo neste trabalho e que responderá, de alguma forma, à pergunta acima. Embora não resolva, a questão do jovem, reformulada por mim, traz algumas problemáticas que se calcam no sistema racial racista brasileiro, mas também na perspectiva de fazer científico que vimos percorrendo até então. De fato, falar em intelectuais quando a produção de conhecimento tida como relevante está concentrada nas Universidades, principalmente no conhecimento tecnológico e “neutro” realizado pelos “cientistas” brancos, homens e heterossexuais, soa quase como um discurso histórico. Em uma perspectiva de ciência, mesmo nas humanísticas, que ainda se mantêm ou querem se manter fiéis a um modelo cartesiano e racionalista, que separa a razão da emoção, a mente de corpo, o masculino do feminino, o público do privado (RAJAGOPALAN, 2008), qualquer produção de conhecimento que tenha como pilares o senso comum, a linguagem ordinária, ou as revoluções do cotidiano será visto no mínimo com desconfiança, mesmo por aqueles que sofrem a opressão do paradigma dominante que preside o que se tem considerado como científico.

É chegado o tempo de nos questionarmos mais sobre o papel da ciência em nossas vidas e, principalmente, é chegado o tempo de assumirmos a responsabilidade pelas

---

<sup>3</sup> Os quadrinhos das cobrinhas foram publicados por mais de trinta anos por Veríssimo, em vários jornais brasileiros, e sempre foram marcadas pela ironia característica de seu criador.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

implicações das respostas que possam surgir, sem nos contentarmos com as soluções rápidas e fáceis que só têm o poder de aliviar nossa “Cons(ciência) Humanitária” (PLACER, 2001). É importante salientar que esta tarefa não é responsabilidade apenas da Academia ou de áreas de saber específicas da Academia. É responsabilidade de todos que se dizem compromissados com uma Universidade e, por isso mesmo, com uma Sociedade mais democrática de fato, plural e igualitária. Os discursos que a Universidade elege como padrões de comportamento, ética, profissionalização, conhecimento e técnica afetam a todos nós; por isso mesmo, talvez caiba a quem faz parte dela uma parcela maior dessa responsabilidade de se repensar e agir. Mais uma vez a questão de “Quem pode falar por nós?” se insurge.

Essas novas responsabilidades não podem ser apenas acadêmicas. Se continuam sendo tão difíceis de assumir, precárias e ameaçadas, é porque devem, ao mesmo tempo, guardar a memória viva de uma tradição e abrir para além de um programa, ou seja, para aquilo que se chama o futuro. E os discursos, as obras ou as tomadas de posição que elas inspiram, quanto à instituição de ciência e pesquisa, já não concernem somente à sociologia do conhecimento, à sociologia ou à politologia. Essas áreas são mais necessárias do que nunca, sem dúvidas; (...) Mas, qualquer que seja seu aparelho conceitual, sua axiomática, sua metodologia, jamais tocam no que nelas continua a repousar sobre o princípio da razão, e, portanto, sobre o fundamento essencial da Universidade moderna. Elas nunca questionam a normatividade científica, a começar pelo valor de objetividade ou de objetivização, que regula e autoriza seu discurso. (...) E o fato de serem por vezes usados por não-universitários profissionais em geral nada muda quanto ao essencial. Isso explica, até certo ponto, porque, mesmo quando se dizem revolucionários, alguns desses discursos não preocupam as forças mais conservadoras da Universidade (DERRIDA, 1999, p. 149-150).

Dessa forma, faz todo sentido se questionar e questionar o lugar não só de uma produção acadêmica que investigue e tenha como relevante tudo o que fica de fora do paradigma dominante, bem como os sujeitos pesquisadores que pretendem investigar justamente esse “resto” de temas sociais. Mais grave ainda é quando esses sujeitos pesquisadores se encontram no mesmo “não lugar” que suas pesquisas, uma vez que até bem pouco tempo eram apenas objetos de pesquisa. Refiro-me aqui, por exemplo, à produção de conhecimento realizada por negras e negros.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A pós-modernidade e a fragmentação intrínseca a estes tempos vieram nos trazer de volta a necessidade de nos questionarmos, uma vez que não estamos mais encontrando segurança e conforto na metafísica; ao invés disso, as sensações de incômodo e de deslocamento estão cada vez mais presentes, inclusive em nossas pesquisas. A transitividade e a falta de certezas, que caracterizam nossos tempos, já estavam presentes na Filosofia da linguagem ordinária, área na qual a figura de Austin (1990) é um dos expoentes principais. Segundo Rajagopalan (1990), para esse autor, não interessava dar respostas, mas sim problematizar: “[d]etesta ele toda sorte de estardalhaço. Para ele, problematizar é a palavra e ordem - o lema de seu projeto filosófico (*desconfiava até mesmo desta última palavra*) - problematizar mesmo quando as coisas estão parecendo se encaminharem para um desfecho satisfatório” (RAJAGOPALAN, 1990, p. 231 - grifos do autor). Ao se colocar a problematização como questão central em um fazer científico, e não os resultados propriamente ditos, há um ganho extraordinário, a meu ver, porque há a possibilidade de se questionar e, além disso, o *processo* e não o produto tem mais relevância.

Como nos diz Santos (2006),

Tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e de percorrer, é necessário voltar às simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer, mas que, depois de feitas, são capazes e trazer uma luz nova à nossa perplexidade. (SANTOS, 2006, p.15)

E continua:

Estamos de novo regressados à necessidade de perguntar pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso; e temos finalmente de perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou empobrecimento prático das nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade. (p.18)

Essas citações encontram-se no mesmo grupo de questões inquietantes como as de Spivak e Derrida, que nos desconcertam e fazem com que, em mentes que já são



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

inquieta e que pretendem fazer uma ciência engajada, outras questões se colocam, tais como: “engajada com o que, ou com quem?”; “em que ou quem meus anos de estudos vão produzir efeitos diretos ou indiretos?”. Quando em seu limite, já desistindo de escrever o relato de sua pesquisa, uma mente deste tipo se pergunta: *“algum sujeito que vive, chora, grita, reivindica, amamenta, sobrevive, corre da polícia, ama, desiste, conquista, dentre outras coisas grandiosas que faz em seu cotidiano, precisa de minha pesquisa para quê?”*. Como disse Santos, se as perguntas são simples de fazer, com certeza não são simples de responder. Isto me faz (re)pensar inclusive onde poderia me encaixar como pesquisadora defendendo como princípios lingüísticos, e por isso mesmo, políticos, ou vice versa, a mesma tese de Mey (1985, p.16): “[u]ma das principais teses é a de que nosso uso da língua solidifica os interesses dominantes da nossa sociedade, ajudando a oprimir um grande segmento da população”<sup>4</sup> (tradução minha).

Nesse sentido, até a forma como redigimos nossas teses tem um papel importante dentro do comprometimento ou do desejo ou não de que nossas pesquisas consigam ir além das bibliotecas empoeiradas das universidades. Mais uma vez vou ao encontro da Filosofia da Linguagem Ordinária, que estava preocupada não apenas em questionar o pressuposto de que a Filosofia deveria se ocupar apenas de temas grandiosos, como se o cotidiano não nos colocasse questões vitais, mas também que a forma como vamos discorrer sobre o cotidiano esteja conectado com ele. Para essa corrente filosófica, à qual este estudo se filia,

nenhuma questão filosófica é tão esotérica ou longínqua da nossa vivência do dia-a-dia que mereça um linguajar talhado especialmente para o propósito. Pelo contrário, é o ponto de partida destes filósofos, a idéia de que o exame cuidadoso da linguagem em suas manifestações mais quotidianas e corriqueiras deverá fazer com que comecem a se dissipar todas aquelas questões mais espinhosas da filosofia.(RAJAGOPALAN, 1990, p. 227).

Os filósofos dessa corrente não sabiam, mas, décadas depois, ativistas de movimentos sociais e acadêmicos comprometidos com as causas sociais praticariam (e

---

<sup>4</sup> “One of the main theses is that our use of language cements the dominant interests of our society, helping to oppress a large segment of the population.”



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

continuam praticando) o exercício de fazer com que nossos escritos, seja nos temas seja na forma lingüística que será utilizada para discorrer sobre esses temas, pudessem ser compreendidos por todos, mesmo que isto ferisse a pretensa neutralidade e a hermeticidade que alguns preconizam como sendo características de uma escrita científica. Em uma defesa de doutorado que presenciei há três anos, cujo tema era a formação de professores de ensino fundamental e médio, mais do que os questionamentos comuns em qualquer defesa, a banca estava preocupada com a escrita do texto. Não porque houvesse coloquialismos ou passionalidade no texto (“erros”, os quais frequentemente pesquisadores negros e negras são “acusados(as)” de cometer), mas devido a uma excessiva hermeticidade no linguajar da tese. A questão mais perturbadora da banca, a meu ver, foi a única feita por uma professora que também trabalhava com formação de professores: “você pretende que os professores leiam sua tese? Mesmo seus “pares” tiveram dificuldades para compreendê-la.” Esse questionamento deve ser incorporado àquelas perguntas que incomodam, mas que nos fazem caminhar e definir quem queremos ou podemos ser na Academia e de que lugar queremos falar.

### **Palavras finais...**

A língua (como o sujeito) estão sempre a se constituir e a constituir algo. É um contínuo processo de busca pela completude, processo esse que vai se realizar nas interações verbais, na interação com o outro. Ao mesmo tempo em que faz, sofre a ação, ao mesmo tempo em que determina, é determinado. Somos sujeitos socialmente e historicamente constituídos e tal afirmação, acredito, implica duas coisas: i) somos sujeitos agentes, partícipes de nossa história e ii) somos sujeitos interpelados pela história. Interpelados aqui no sentido de que tudo que houve antes de nós, o que há e o que está por vir, visto que o passado e o presente nos possibilitam certa “antecipação” ou projeção de futuro, nos constitui, influencia e determina também nossas ações.

Ao analisarmos esse novo contexto sócio histórico de políticas de identidades, percebemos que se quisermos pensar na constituição de um sujeito que considere o Outro e não o veja através de simulacros, (pré) conceitos e (pré) identidades, teremos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

que construir um “tempo de subjetividade”, que só poderá acontecer se pensarmos em numa alteridade que seja construída/constituída por meio da ética.

A subjetividade vai residir justamente nisso, não apenas no eu, ou no alter, mas no somos, porque temos possibilidades e não igualdades, porque temos a liberdade de estabelecermos a possibilidade de termos possibilidades, e, por isso, não podemos falar em total assujeitamento do sujeito. E, talvez aí, em vez de pensarmos numa constituição de uma identidade, poderíamos pensar numa constituição de uma alteridade. Uma das alternativas para pensarmos nesse sujeito que é singular e plural ao mesmo tempo, seja seguirmos a orientação de Birulés (1996) quando ela diz que devemos voltar a nos perguntar e não apenas ficar observando as respostas, uma vez que já percebemos que não estamos encontrando o que queremos nelas. (MUNIZ, 2004, p.141) .

Essa tensão entre o bipolar e o multipolar, entre categorias multirraciais, multiétnicas e teorias de “uma gota só” parece que vai ser, ou já está sendo, a tônica destes novos debates sobre raça, uma vez que o poder político da linguagem está sendo cada vez mais requerido. Ser identificado ou identificar alguém de “negro”, “mulato”, “moreninho”, “neguinho”, entre tantos outros nomes, não significa apenas amenizar ou acentuar estigmas historicamente construídos<sup>5</sup>, mas antes de tudo tratam-se de estratégias políticas mobilizadas para atingir determinados fins. Em resposta à indagação de alguns pesquisadores, sobre o fato de que temos hoje muito mais pessoas se identificando como negras, é inegável que uma das respostas pode ser esta: *a identificação é um processo estratégico.*

## Referências Bibliográficas

AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer: palavras e ação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

\_\_\_\_\_. **Outras mentes.** In: Os Pensadores. SP: Nova Cultural, 1989.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** BH: Editora da UFMG, 1998.

---

<sup>5</sup> “(...) o próprio termo que os designa como grupo racial (‘preto’ ou ‘negro’) já é em si mesmo um termo pejorativo, podendo ser usado sinteticamente, sem estar acompanhado de adjetivos ou qualificativos. Assim “negro ou preto” passam a ser uma síntese verbal ou cromática para toda uma constelação de estigmas referentes a uma formação racial identitária. Mais que o termo, a própria cor adquire função simbólica, estigmatizante, como bem o demonstram os sinônimos listados em dicionários de língua vernácula: sujo, encardido, lúgrube, funesto, maldito, sinistro, nefando e perverso, entre outros.” (GUIMARÃES, 2000)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

BIRULÉS, F. Del sujeto a la subjetividad. In: CRUZ, M. **Tiempo de subjetividad**. Barcelona: Paidós, 1996.

BUTLER, J. **Excitable speech: a politics of the performative**. London and New York: Routledge, 1997.

\_\_\_\_\_. Sovereign performatives in the contemporary scene of utterance. **Critical Inquiry**, v. 23, n. 2, 1997.

DE CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano** (Artes de fazer). Petrópolis: Vozes, 2002.

DERRIDA, J. **O Olho da Universidade**. SP: Estação Liberdade, 1999.

\_\_\_\_\_. **Posições**. BH: Autêntica, 1981.

FUENTES, A. J. M. Siglo XXI: antropología, “razas” y racismo. **CATAURO – Revista Cubana de Antropología**. Ano 4, n.6, julio-diciembre. La Habana: Fundación Fernando Ortiz, 2002.

GERALDI, W. A diferença identifica. A identidade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética através da estética. In: KRAMER, S. et al. (Org.) **Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. SP: Cortez, 2005.

GONÇALVES E SILVA, P. B.; SILVÉRIO, V.R. (Orgs.) **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003.

GUIMARÃES, A. S. O acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisas**, n. 118, p. 247-268, 2003.

\_\_\_\_\_. **Classes, Raças e Democracia**. SP: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**. Vol. 38, dez., 2000.

\_\_\_\_\_. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. SP: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (Org.). **Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos**. Brasília: Ministério da Justiça, 1996, pp.233-242.

HABERLAND, H & MEY, J. L. Editorial: linguistics and pragmatics, 25 years later. In: **Journal of Pragmatics**, Vol 34 (12), p. 1671-1682, 2002.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. BH: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Identidade Cultural**. Governo do estado de SP: Fundação Memorial da América Latina. Coleção Memo, 1997.

HOOBS, B. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**. Vol. 3, n. 2, 1995.

\_\_\_\_\_. **Ain't a woman: black women and feminism**. Boston: South End Press, 1999.

IANNI, O. **Língua e Sociedade**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.

MEY, J. L. **Whose language? A study in linguistic pragmatics**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1985.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

MUNANGA, K. (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, SECAD, 2005.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra**. BH: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. In: **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP; BH: Autêntica, 2003.

MUNIZ, K.S. **Piadas: conceituação, constituição e práticas: um estudo de um gênero**. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – IEL, Unicamp, Campinas, 2004.

NASREEN, T. O opressor e os oprimidos. In: Chris Miller (Org.) **A palavra dissidente**. Difel: Miraflores, 1996.

RAJAGOPALAN, K. Knowledge about language and emotion. In: Cenoz, J.; Hornberger, N. H. (Orgs). **Encyclopedia of Language and Education**. Science + Business Media LLC. 2 ed., Vol 6, pp. 1-10, 2008.

\_\_\_\_\_. Pós-modernidade e a política de identidade. In: RAJAGOPALAN, K ; FERREIRA, D. M. M. (Orgs). **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. SP: Mackenzie, 2006.

\_\_\_\_\_. Social Aspects of Pragmatics. In: Keith Brown (Org.). **Encyclopedia of Language and Linguistics**. Oxford: Elsevier. Vol 11, pp. 434-440, 2006.

\_\_\_\_\_. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (Org.) **Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. Dos dizeres em torno do fazer. **D.E.L.T.A.** Vol 6, n. 2, pp. 223-254, 1990.

RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. M. (Orgs.) **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. SP: Mackenzie, 2006.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. SP: Cortez, 2006.

SPIVAK, G. C. Can the Subaltern Speak? In: **Marxism and the Interpretation of Culture**. Cary Nelson and Lawrence Grossberg (Eds.). Urbana: University of Illinois Press, 1996, pp. 271-313.

WEST, C. **Questão de Raça**. SP: Companhia das Letras, 1994.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.